



DESTAQUES 3 A 7 SETEMBRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

CINEMA E ACTIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E AUDIOVISUAIS

LEI N.º 55/2012. D.R. N.º 173, SÉRIE I DE 2012-09-06

Assembleia da República

Estabelece os **princípios de acção do Estado** no quadro do fomento, desenvolvimento e protecção da arte do **cinema e das actividades cinematográficas e audiovisuais**

CULTURA

DECRETO-LEI N.º 208/2012. D.R. N.º 174, SÉRIE I DE 2012-09-07

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à transformação da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P., em entidade pública empresarial, à cisão da Companhia Nacional de Bailado do Organismo de Produção Artística, E. P. E., e à sua transformação em entidade pública empresarial, à alteração da denominação do Organismo de Produção Artística, E. P. E., para Teatro Nacional de São Carlos, E. P. E., à aprovação dos Estatutos da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, E. P. E., da Companhia Nacional de Bailado, E. P. E., do Teatro Nacional D. Maria II, E. P. E., do Teatro Nacional de São Carlos, E. P. E., e do Teatro Nacional de São João, E. P. E., e à **constituição de agrupamento complementar de empresas formado pelas entidades públicas empresariais da área da cultura**

EDUCAÇÃO

PORTARIA N.º 272/2012. D.R. N.º 171, SÉRIE I DE 2012-09-04

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012 / Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011 / The Lawyer European Awards-Shortlisted 2010, 2011, 2012

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”

Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010

“5ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”

Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011 / Shortlisted 2012

“TOP 100 Firms in Competition”

Global Competition Review 2007 - 2012

“Melhor Departamento Fiscal do Ano”

International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008, 2009, 2010, 2011

“Melhor Sociedade de Advogados Portuguesa”

International Financial Law Review Awards 2006 / Shortlisted 2007 - 2012

 **LEI N.º 51/2012. D.R. N.º 172, SÉRIE I DE 2012-09-05**

Assembleia da República

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a [Lei n.º 30/2002](#), de 20 de Dezembro

 **PORTARIA N.º 274-A/2012. D.R. N.º 173, SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2012-09-06**

Ministério da Educação e Ciência

Primeira alteração à [Portaria n.º 195/2012](#), de 21 de Junho, que aprova o **Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público** para a Matrícula e Inscrição no **Ano Letivo de 2012-2013**

ENERGIA

 **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 74/2012. D.R. N.º 171, SÉRIE I DE 2012-09-04**

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza as entidades adjudicantes a assumir os encargos orçamentais decorrentes da **contratação de electricidade em regime de mercado livre**, através da abertura do respectivo procedimento aquisitivo pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

EQUIPAMENTOS MARÍTIMOS

 **DECRETO-LEI N.º 207/2012. D.R. N.º 170, SÉRIE I DE 2012-09-03**

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Transpõe a Directiva [n.º 2011/75/UE](#), da Comissão, de 2 de Setembro, que substitui o anexo A da Directiva [n.º 96/98/CE](#), do Conselho, de 20 de Dezembro, relativa às normas a aplicar aos **equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais**, alterando o [Decreto-Lei n.º 24/2004](#), de 23 de Janeiro

ESTRANGEIROS

 **DESPACHO N.º 11820-A/2012. D.R. N.º 171, SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2012-09-04**

Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna - Gabinetes dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna

Regulamenta as condições para a aplicação do **regime especial de concessão e renovação de autorização de residência para actividade de investimento em território nacional**

FINANCEIRO

 **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 75/2012. D.R. N.º 172, SÉRIE I DE 2012-09-05**

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a admissão ou a não admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar nas subsequentes fases do processo de alienação das acções objecto de venda directa de referência no âmbito do processo de reprivatização do capital social da empresa Estaleiros Navais de Viana de Castelo, S. A.

METAIS NÃO PRECIOSOS

 **LEI N.º 54/2012. D.R. N.º 173, SÉRIE I DE 2012-09-06**

Assembleia da República

Define os **meios de prevenção e combate ao furto e de recepção de metais não preciosos** com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da actividade de gestão de resíduos

QREN

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 76/2012. D.R. N.º 173, SÉRIE I DE 2012-09-06

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à quarta alteração à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008](#), de 13 de Fevereiro, no que respeita à composição dos secretariados técnicos dos programas operacionais do **Quadro Referência Estratégico Nacional**

SAÚDE

LEI N.º 52/2012. D.R. N.º 172, SÉRIE I DE 2012-09-05

Assembleia da República

Lei de Bases dos Cuidados Paliativos

PORTARIA N.º 271/2012. D.R. N.º 171, SÉRIE I DE 2012-09-04

Ministério da Saúde

Aprova o **Regulamento e as tabelas de preços** a praticar para a produção adicional realizada no âmbito do SIGIC pelas unidades prestadoras de cuidados de saúde públicas e entidades privadas e sociais e revoga a [Portaria n.º 852/2009](#), de 7 de agosto

PORTARIA N.º 273/2012. D.R. N.º 172, SÉRIE I DE 2012-09-05

Ministério da Saúde

Aprova a **tabela de preços para os tratamentos de procriação medicamente assistida** e revoga a [Portaria n.º 67/2011](#), de 4 de Fevereiro

SEGUROS

RESOLUÇÃO N.º 35/2012. D.R. N.º 171, SÉRIE II DE 2012-09-04

Presidência do Conselho de Ministros - Conselho de Ministros

Designa os membros do **conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal**

SISTEMA DE INCENTIVOS

PORTARIA N.º 274/2012. D.R. N.º 173, SÉRIE I DE 2012-09-06

Ministério da Economia e do Emprego

Altera as Portarias n.ºs [1102/2010](#), de 25 de Outubro, que altera o **Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico**, e [1103/2010](#), de 25 de Outubro, que altera o **Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação**

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – RAM

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 26/2012/M. D.R. N.º 170, SÉRIE I DE 2012-09-03

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M](#), de 12 de Janeiro, que adapta à administração regional autónoma da Madeira a [Lei n.º 12-A/2008](#), de 27 de Fevereiro, que estabelece os **regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas**

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2012/M. D.R. N.º 170, SÉRIE I DE 2012-09-03

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aplica à administração regional autónoma da Madeira o **regime de mobilidade especial entre os serviços dos trabalhadores da Administração Pública** visando o seu aproveitamento racional, estabelecido pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos, estabelecido pelo [Decreto-Lei n.º 200/2006](#), de 25 de Outubro

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

 **Taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu** às suas principais operações de refinanciamento a partir de 1 de Setembro de 2012: 0,75 % — **Taxas de câmbio do euro**

COMISSÃO EUROPEIA

 **Agenda Digital: Comissão incentiva inovação nas comunicações sem fios** através da partilha do espectro radioelétrico

PORTAL DO GOVERNO

 **COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 6 DE SETEMBRO DE 2012**

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:

- Diploma que altera o **sistema de acesso aos serviços mínimos bancários**. Esta alteração visa estabelecer as bases do protocolo a celebrar entre o membro do Governo responsável pela área da defesa do consumidor, o Banco de Portugal e as instituições de crédito aderentes ao sistema, bem como o regime sancionatório adequado à sua boa execução. Este diploma visa ainda clarificar o regime jurídico do sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, evidenciando os direitos e obrigações dos clientes bancários e das instituições de crédito aderentes, nomeadamente os requisitos de acesso e as causas de recusa legítima de abertura ou conversão de conta, bem como as condições de prestação desses serviços;
- Diploma que procede à definição do **regime especial de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social** e autoriza o pagamento diferido de montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes de incumprimento. Este diploma concretiza **alterações ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**, decorrentes de legislação anteriormente aprovada (Lei n.º 20/2012, de 14 de maio);
- Alteração do diploma que **regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**;
- Diploma que determina a **extinção e integração por fusão na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.**, do Hospital de Reynaldo dos Santos, estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde que **dará lugar ao novo Hospital de Vila Franca de Xira**;
- Proposta de resolução relativa ao Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para **Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional**;
- Proposta de resolução relativa ao Protocolo que Altera a Convenção entre a República Portuguesa e a **República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento**

A presente Newslettter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslettter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.
